
METAMORFOSES CONTEMPORÂNEAS: UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO

METAMORFOSIS CONTEMPORÁNEAS: UN ESTUDIO DEL TRABAJO DOMÉSTICO

CONTEMPORARY METAMORPHOSES: A STUDY OF DOMESTIC WORK

Resenha de: TEIXEIRA, J. C. Trabalho Doméstico. São Paulo: Jandaíra, 2021. 248p. – (Feminismos Plurais/ coordenação de Djamila Ribeiro).

Bernardo Almeida Rocha¹
Tays Torres Ribeiro das Chagas²

A sociedade brasileira teve sua formação em base escravocrata e servil, perpetuando, em determinados grupos sociais, no que se refere aos espaços de trabalho ocupados, a discriminação e a marginalização da sociedade. Nesse contexto, o trabalho doméstico exemplifica bem essa realidade, pois em 2022, o Brasil contava com cerca de 6 milhões de pessoas inseridas nessa atividade, sendo que 91,4% eram mulheres e, destas, 67,3% negras, as quais vêm historicamente fazendo (re)existência (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [DIEESE], 2023).

Assim, Juliana Cristina Teixeira, doutora em Administração pela UFMG, aborda os desafios enfrentados pelas trabalhadoras domésticas no livro intitulado ***“Trabalho Doméstico”***, entrelaçando a temática sob um olhar interseccional em torno das categorias de gênero, raça e classe. No tocante à estrutura, o livro possui 248 páginas distribuídas em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, ***“No centro, as trabalhadoras domésticas”***, Teixeira (2021) apresenta o cenário em que as trabalhadoras domésticas estão inseridas no país, destacando a precarização das condições de trabalho e vida dessas pessoas. A autora faz importantes

¹Graduando em Engenharia de Produção na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Atualmente, é Bolsista de Iniciação Científica do CNPq (2024-atual).

²Professora Associada da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), atuando no desenvolvimento de pesquisas relacionadas à Ergonomia e à Engenharia do trabalho.

discussões dessa modalidade de trabalho, na qual inclui grupos historicamente marginalizados, mas considerados como sujeitos políticos.

Esse capítulo mostra que historicamente no Brasil, pós período escravocrata, parte das mulheres continuaram condicionadas aos trabalhos domésticos, pois, sem acesso a qualquer forma de capacitação, não ocupavam postos de trabalhos que não fossem aqueles já ocupados por elas. Assim, observa-se que a opressão continua manifestando-se nas diversas formas de exploração. Além disso, a humanidade não abandonou seus antigos hábitos, de modo que as escravidões do passado foram incorporadas e adaptadas à sociedade capitalista e moldadas em novo formato.

Por conseguinte, o segundo capítulo, *"Das escravizadas às trabalhadoras domésticas: Uma história de ambiguidade"*, discute-se o trabalho doméstico como reflexo de um sistema que perpetua a relação de trabalho escravocrata, associando a trabalhadora doméstica e a mulher negra a temas de conotação sexual. Além do mais, neste capítulo, observa-se como uma sociedade patriarcal reproduz esses comportamentos, reservando às mulheres, especialmente às negras e periféricas, posições subalternas na sociedade.

Sobre isso, especificamente no caso das trabalhadoras domésticas, Teixeira (2021) afirma que a escravização e o racismo enquanto organização sociopolítica contribuíram para a perpetuação do estereótipo de que as mulheres negras são mulheres para serem “consumidas”. Ao considerar também o racismo como um organizador psíquico, o qual destina às mulheres negras um lugar subalterno da objetificação sexual ainda mais intensa por vir do entrelaçamento entre gênero e raça como dispositivos de poder.

Ademais, a afetividade desenvolvida nesses ambientes de trabalho, era outro ponto que associava ao não reconhecimento do trabalho doméstico, dificultando para essas mulheres a reivindicação de sua remuneração, já que por vezes trabalhavam em troca de moradia, comida, vestuário etc.

Essas questões são abordadas neste capítulo por meio da migração, tanto do espaço rural para a cidade, quanto de outras regiões do país para o sudeste, mostrando o quanto essas trocas supracitadas ainda acontecem e perpetuam as precarizações das relações de trabalho. Assim, conforme salienta Teixeira (2021, p. 56-57) “reconhecer como a história do trabalho doméstico está ligada à história escravocrata no Brasil e, consequentemente, aos efeitos do

racismo estrutural, é um passo fundamental para análises mais abrangentes sobre as condições desse tipo de trabalho". Sobre isso, de forma bem clara e objetiva, Teixeira (2021, p. 50) expressa que:

Importante mencionar que as mensalistas não residentes migraram do meio rural para o urbano. Outra migração importante é a de pessoas nordestina para a região Sudeste do país em busca de melhores condições de existência, o que adiciona a categoria da etnia à discussão interseccional que envolve o trabalho doméstico.

Adiante, no terceiro capítulo, "*Interseccionalidades entre raça, gênero e classe no trabalho doméstico*", aborda-se a experiência da trabalhadora doméstica branca e da trabalhadora doméstica negra, ao fazer um paralelo entre a interseccionalidade de gênero e raça. Ao comparar e analisar as falas dos sujeitos, percebe-se a ligação do trabalho doméstico com sua interpretação como um trabalho ainda ligado a um imaginário escravista, característico do capitalismo colonialista que se instalou em nosso país e fazendo com que haja ainda discriminações de outra ordem, neste caso a racial, para além da questão de gênero.

Nessa perspectiva, a Organização Internacional do Trabalho, OIT (2021) traz que o trabalho doméstico é uma das atividades para as quais a noção de trabalho decente tem especial importância. Isso se dá, pois, considerando as discriminações sexual e racial envolvidas, reconhecer a contribuição das trabalhadoras domésticas na economia moderna é promover um mundo de trabalho mais justo e com igualdade de oportunidades. Assim, Teixeira (2021) afirma que é de relevante importância ver o trabalho doméstico a partir de outras lentes, reconhecendo as desigualdades como um empecilho para o desenvolvimento desses sujeitos.

Nessa perspectiva, torna-se importante abordar que a inserção das mulheres em outros espaços sociais predominantemente masculinos e fora do trabalho doméstico, muitas delas tendem a terceirizar essas atividades, as quais passam a ser desempenhadas por outras mulheres, que são em sua maioria racializadas e de classe baixa. Desse modo, a hierarquização de raça, classe e gênero se perpetuam como indicadores do perfil das trabalhadoras domésticas no Brasil.

Em seguida, no penúltimo capítulo, "*Racismo estrutural e branquitude na composição do trabalho doméstico*", são trazidas questões que permeiam o trabalho do cuidado, que vem sendo negligenciado pela sociedade e pelo Estado. A autora critica a

sobrecarga imputada às mulheres por questões de gênero e destaca a vulnerabilidade das mulheres negras e empobrecidas, que carecem de mecanismos de assistência social e políticas públicas.

Assim, a reflexão que fica sobre esse capítulo é a necessidade de nos atermos a essas questões buscando soluções efetivas para as problemáticas levantadas pela autora, tais como: fortalecimento da legislação das trabalhadoras domésticas, valorização das suas atividades laborais no contexto social e das bases sindicais que as representam. Haja vista que como consequência dessas estruturas, muitas mulheres permanecem na informalidade para ter tempo de cuidar de sua família, casa e filhos, mas acabam sem garantias para uma vida melhor. Além da desvalorização do trabalho fora de casa e do trabalho de cuidado, ainda há a dupla jornada, que se concretiza dentro de seus próprios lares. Desse modo,

Discutir trabalho doméstico remunerado é compreender que, por mais que discutamos as mudanças que deva ocorrer relacionadas à ocupação, o fato é que mulheres negras e empobrecidas seguem vulneráveis. Elas não contam com mecanismos de assistência social, de investimento em educação infantil, creches e políticas públicas destinadas à renda básica. A discussão permanece incompleta, pois ela não é de ordem apenas individual ou do seio estrito das relações interpessoais e familiares, é uma questão de esfera pública (Teixeira, 2021, p. 158).

Nesse sentido, Teixeira (2021) articula fatos e teorias proporcionando uma análise crítica que não se limita à descrição, mas problematiza as desigualdades estruturais no âmbito do trabalho doméstico. Suas reflexões são perspicazes, oferecendo uma profundidade que impacta significativamente o leitor, transformando sua percepção sobre os efeitos abrangentes do racismo e a necessidade de mitigar essas formas de opressão, haja vista que a autora do trabalho, alerta-nos de como as relações de trabalho doméstico são precárias e invisibilizadas pela sociedade e governos.

Sobre tais condições, do sujeito frente às relações de trabalho, Chagas (2018) afirma que o trabalho deve, portanto, permitir o sujeito ocupar um lugar social, sendo uma oportunidade de reconhecimento, não somente pelo que se faz, suas características e jeitos de ser, aos quais propiciem o fortalecimento da identidade individual e as relações sociais, proporcionando sentido à existência, além de gerar alguma contribuição social. Assim, o livro de Teixeira (2021) mostra-nos os caminhos aos quais devemos percorrer em busca dessa dignidade humana a

essas mulheres, e das formas às quais o trabalho delas podem ser analisados através de várias lentes analíticas.

Além disso, o texto é inovador por contribuir para a literatura a partir das análises das condições de trabalho, as quais exigem a incorporação de perspectivas críticas que articulem os processos de precarização laboral às interseccionalidades de raça, gênero e classe, considerando as múltiplas formas de opressão que atravessam e estruturam as relações sociais até a atualidade. Nesse sentido, torna-se imprescindível reconhecer e valorizar as produções intelectuais de grupos historicamente marginalizados, compreendendo-os como sujeitos políticos ativos que, por meio de estratégias de resistência e re-existência, tensionam as estruturas de dominação.

Nessa perspectiva, as mulheres negras, em particular, devem ser situadas enquanto protagonistas dessa luta, uma vez que historicamente enfrentam a sobreposição de desigualdades decorrentes da escravização e do patriarcado, cuja permanência se expressa em diferentes dimensões da vida social e econômica. Ao retomar o período colonial, é possível historicizar a atual inserção de mulheres negras no trabalho doméstico, evidenciando um presente marcado por continuidades metamorfoseadas de opressão, que se atualizam sob distintas formas de exploração nas sociedades. Assim, as interseccionalidades entre raça, gênero e classe configuram um campo privilegiado de análise das desigualdades estruturais brasileiras, no qual se destacam a centralidade do racismo estrutural e as posições de privilégio e manutenção de poder associadas à branquitude, as quais mostram a importância da leitura desse livro.

Por fim, no último capítulo, "*Reflexões finais: Apontando caminhos de ruptura*", são relembradas as questões mencionadas pela autora ao longo do livro e são feitas críticas duras ao sistema capitalista o qual estamos inseridos, ao dizer que "numa sociedade capitalista que privilegia a esfera produtiva lucrativa das relações, os trabalhos domésticos e do cuidado são considerados como menos importantes" (Teixeira, 2021, p.198).

Além disso, ressalta-se que muitas dessas trabalhadoras desempenham suas atividades na informalidade, atuando como diaristas na busca por um retorno financeiro maior, mas sem qualquer proteção da legislação. Um outro contingente de trabalhadoras domésticas, de acordo com Teixeira (2021), atua como o MEI — Micro Empreendedor Individual, que não é uma

maneira válida para a categoria. Critica-se essa prática de transformar a trabalhadora doméstica em uma empresa que presta serviços, isentando assim seus contratantes de responsabilidades trabalhistas.

Essas situações têm contribuído para fragmentar e precarizar essa atividade laboral, deixando essas mulheres mais vulneráveis perante as proteções legais e mostrando-nos a urgência de serem amparadas de maneira digna pela legislação. Além disso, destaca-se a necessidade de o poder público e os movimentos sociais pensarem em alternativas que abordem todas as particularidades da trabalhadora doméstica.

Dessa forma, toda essa discussão mostra-nos a solidão das mulheres negras, pois a raça continua sendo uma categoria importante na constituição do trabalho doméstico e na forma como suas relações são o produto de intersecções importantes entre classe, gênero e raça (Teixeira, 2021).

Ademais, a obra "**Trabalho Doméstico**" surge como uma reflexão necessária sobre a opressão histórica e contemporânea em relação ao trabalho doméstico. Dessa forma, recomenda-se este livro a estudantes e pesquisadores das Ciências Sociais Aplicadas e Humanas, assim como àqueles interessados em entender a estrutura do racismo no Brasil e as dinâmicas das relações de trabalho doméstico. A obra fortalece a necessidade de ampliar a discussão dessa temática dentro das escolas e nos espaços públicos, estimulando reflexões críticas sobre justiça social e direitos trabalhistas.

REFERÊNCIAS

CHAGAS, T. T. R. das. **Aqui a Pedra tem vida: um estudo sobre o artesão da Pedra Sabão**. Tese (doutorado). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2018.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **Trabalho Doméstico 2023.** Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/trabalhoDomestico2023.html>. Acesso em: 26 fev. 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. Convenções e Recomendações sobre Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos. Brasília: 201. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_169517.pdf. Acesso em: 26 fev. 2024.

TEIXEIRA, J. C. Trabalho Doméstico. São Paulo: Jandaíra, 2021. 248p. – (Feminismos Plurais/ coordenação de Djamila Ribeiro).

Submetido em 21/10/2024
Aprovado em 01/10/2025